

Título da dívida poderá ter lastro cambial

■ Simon diz que governo estuda proposta de Albano Franco, que prevê criação de papel com prazos maiores e juros menores

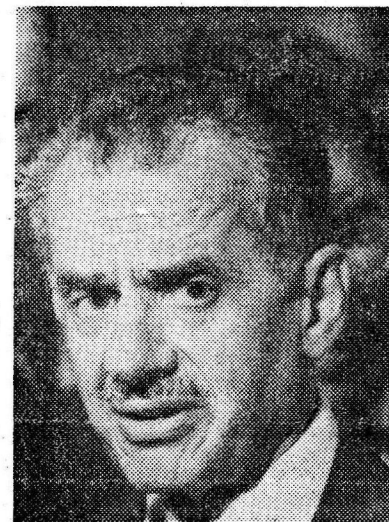
MARIA LUIZA ABBOTT

BRASÍLIA — O líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), disse que o governo estuda a utilização das reservas cambiais para ampliação dos prazos de vencimento dos títulos da dívida pública. "O governo tem estudos na direção da proposta de Albano Franco e eu encaminharei sua sugestão amanhã ao ministro Haddad", disse Simon. O senador Albano Franco (PRN-SE) propõe a criação de um título lastreado em ouro ou dólar, com vencimento superior a seis meses e remunerado pela taxa de juros do mercado internacional — em torno de 8% ao ano. O novo papel substituiria, de forma voluntária, os títulos existentes, que têm vencimento diário.

A troca dos papéis seria feita de forma gradual e o aplicador teria como garantia de pagamento as reservas cambiais — ouro e dólar administrados pelo Banco Central. Ou seja, se o governo não honrasse o papel no vencimento, pelo seu equivalente em cruzeiros, o aplica-

dor receberia o pagamento em dólares ou ouro. "Com essa garantia, os juros caem e o custo de rolagem da dívida também e poderíamos equilibrar o orçamento", afirmou Albano Franco. Como os investidores teriam certeza de pagamento, aceitariam os papéis por juros menores e com prazos maiores, o que permite a queda no custo dos empréstimos para investimento e retomada do crescimento.

Alternativas — A ampliação dos prazos de vencimento da dívida pela troca por papéis com lastro cambial vem sendo estudada pela equipe econômica desde quando o deputado Gustavo Krause (PFL-PE) era ministro da Fazenda. Uma das alternativas é lastrear os novos títulos com bônus do Tesouro americano, que seriam adquiridos com parte das reservas cambiais. Outra alternativa é usar as próprias reservas como lastro, como defende Albano Franco. Ainda não há uma definição dos prazos desses papéis, que poderiam chegar a dez anos, mas a troca seria feita sem confisco, de forma voluntária pelos detento-



Pedro Simon

res dos títulos atuais. Outra mudança seria a de que os novos papéis não teriam garantia de liquidez diária pelo Banco Central — a recompra no final do dia pelo BC ficaria proibida.

O total de títulos em poder do público chega atualmente a US\$ 15 bilhões, segundo técnicos do Ministério da Fazenda. O total de reservas disponíveis ultrapassa US\$ 19

bilhões, mas os técnicos são contrários à troca de todos os títulos por papéis com garantia do Tesouro americano ou das reservas. Embora o volume de reservas seja superior ao estoque de títulos, é preciso manter um nível estratégico para cobrir eventuais pressões do mercado de dólar e importações. Atualmente, 60% do orçamento da União destinam-se à cobertura do custo da dívida interna, incluindo-se rolagem dos papéis, juros, encargos e serviços.

Uma das idéias é aproveitar o modelo de rolagem adotado nas negociações da dívida externa, em que os novos bônus são apenas parcialmente cobertos por garantias como os títulos do Tesouro americano. Essa decisão, no entanto, ainda está na área técnica e o ministro Haddad ainda não se pronunciou a respeito de qualquer uma das propostas. Paralelamente à troca, o governo manteria também sua proposta de resgatar os papéis da dívida interna, utilizando recursos do ajuste fiscal.